

# Petróleo, Royalties & Região

UcamCidades

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades Universidade Candido Mendes

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano VIII, nº 30 – DEZEMBRO / 2010

ISSN 1980-6310

APOIO:



NEM TANTO AO  
**MAR,**  
*nem tanto à*  
**terra**

Tendência de veto do presidente Lula à nova fórmula de distribuição, que levaria os recursos a todos os municípios, indica que o debate permanecerá em aberto. Proposta para subsidiar uma tentativa de consenso político acerca da divisão dos royalties, em fase de elaboração no Comitê de Articulação Federativa, será apresentada em 2011. De norte a sul, prefeitos e governadores continuam mobilizados: uns para manter o que têm, outros para obter o que julgam ter direito. (página 2).

## ARTIGO

### As empresas do setor

Artigo mostra perfil do empresariado do petróleo na região Norte Fluminense, maior produtora do País. Novos atores do setor se organizam politicamente em entidades e demandam programas de capacitação profissional dos governos. Instituições de ensino ampliam oferta de cursos na área tecnológica e mais fornecedores de bens e serviços se qualificam para disputar oportunidades geradas pela indústria petrolífera.

PÁGINA 4

## ARTIGO

### Impactos do porto

Construção do complexo portuário do Açú, no município de São João da Barra (RJ), provoca impactos, a partir de 2007, na estrutura de ocupações formais em vários setores, especialmente na construção civil. Há grande demanda de investimentos em áreas como saneamento, escolas, hospitais e qualificação dos serviços. Artigo discute efeitos da presença do empreendimento na região.

PÁGINA 9

*MATÉRIA REGISTRA MOMENTO DA DISPUTA PELA DIVISÃO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO, COM A TENDÊNCIA DE CONTINUIDADE DO DEBATE EM 2011, ASSENTADO EM NOVO PROJETO. PERSPECTIVA É DE CONSTRUÇÃO DE UM MODELO QUE AMENIZE AS PERDAS, POLITICAMENTE IRREVERSÍVEIS, DE ESTADOS COMO O RIO DE JANEIRO E O ESPÍRITO SANTO.*



## Tentativa de mudança fica para 2011

### Comitê ligado à Presidência da República estuda proposta conciliadora para os royalties

Vitor Menezes

Quinta-feira, 9 de dezembro de 2010. Prefeitos gaúchos promovem manifestação em Porto Alegre, no auditório da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famur), contra o provável veto do presidente Lula ao projeto que altera as regras de distribuição dos royalties do petróleo. Enquanto isso, a 3.800 Km dali, o prefeito de Ananindeua, Helder Barbalho, presidente da Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep), fala em não perder “este momento histórico de repactuação das riquezas nacionais”. No meio do mapa brasileiro, em Barra Mansa, cidade do sul do Rio de Janeiro, estado que mais recebe royalties do petróleo no país, o prefeito Zé Renato afirma que

se o presidente sancionar o projeto, os municípios da sua região se inviabilizarão. É o mesmo o que diz o prefeito interino de Campos dos Goytacazes, no Norte do Rio de Janeiro, Nelson Nahim.

O presidente da Famurs, Vilmar Perin Zanchin, disse à rádio Fandango que o veto significaria “uma discriminação ao ente federado municipal, tendo em vista que a gestão fiscal dos municípios conta com um número cada vez maior de obrigações, porém, com auxílio financeiro cada vez mais escasso”. Nas suas contas, o Rio Grande do Sul poderia ganhar, se a caneta do presidente pendesse para a sanção ao projeto, R\$ 160 milhões em royalties – valor 50 vezes maior que o atual, afirma – enquanto os municípios gaúchos veriam saltar de R\$ 80 milhões para R\$ 470 milhões as

suas receitas em royalties.

Ao Diário do Pará, o prefeito Barbalho, da Famep, disse que a nova forma de partilha, aprovada pela Câmara dos Deputados em 2 de dezembro, garantiria aos municípios paraenses uma receita conjunta de

---

**PREFEITOS E  
GOVERNADORES  
TRAVAM BATALHA  
QUE SE MOSTRA  
IRREVERSÍVEL**

---

aproximadamente R\$ 250 milhões. Com a manutenção das regras atuais, este montante não passa de R\$ 25 milhões. Ele conclamou os prefeitos, senadores e deputados do estado a engrossar fileiras na defesa

da redistribuição dos royalties do petróleo, já antecipando que haverá intensa militância no Congresso para derrubar o, até então, suposto veto do presidente Lula.

Em sentido oposto, os municípios fluminenses – assim como os capixabas – anunciam um fim de mundo em suas contas caso entrem em vigor mudanças nas regras atuais dos repasses dos royalties. Em Barra Mansa (RJ), o jornal Voz da Serra bradou: “No Sul Fluminense, o rombo nos cofres das prefeituras pode passar de R\$ 177 milhões”. O prefeito Zé Renato apresenta a conta das perdas, certamente já conhecida pelos vizinhos: Angra dos Reis (R\$ 63 milhões), Barra do Piraí (R\$ 3 milhões), Barra Mansa (R\$ 8.6 milhões), Paraty (R\$ 61.6 milhões), Volta Redonda (R\$ 8.6 milhões), entre outros.

O despenhadeiro orçamentário é ainda mais elevado no Norte do Rio, região beneficiada pelos repasses provenientes da Bacia de Campos, produtora de mais de 80% do petróleo brasileiro, e que garante, somente ao maior município da região, Campos dos Goytacazes, receita prevista de R\$ 1,9 bilhão para 2011. Se houver a mudança aprovada na Câmara, o município perderia R\$ 1,4 bilhão. Ao jornal O Dia, o prefeito Nahim, que preside a Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (Ompetro), disse que não lhe restariam recursos nem mesmo para a folha de pagamento dos servidores, e que haveria cortes em programas sociais e postos de saúde seriam fechados.

### Proposta conciliadora

Mais que uma luta a favor ou contra o veto do presidente Lula, o que os municípios que estão nos extremos entre perdedores e ganhadores com as eventuais mudanças travam é uma busca por exercer influência sobre o lugar de onde sairá o novo norte do debate sobre os royalties, em 2011: o Comitê de Articulação Federativa (CAF), ligado à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Criado a partir de protocolo assinado em 2003 pelo Governo Federal e por entidades muni-

cipalistas, o CAF se consolidou como uma espécie de mesa de negociação entre União e municípios. É para ele que migram as principais reivindicações de movimentos como a marcha anual de prefeitos a Brasília.

O comitê foi institucionalizado por decreto em 2007 (número

---

## PROPOSTA DO CAF DEVERÁ PREVER REGRA DE TRANSIÇÃO PARA PRODUTORES

---

6.181), como instância consultiva da Presidência da República, no âmbito da Secretaria de Relações Institucionais. Nele, há representantes de 18 ministérios e o mesmo número de representantes de entidades municipalistas. E é dele que sairá uma proposta que busca estabelecer uma relação mais equilibrada entre os perdedores e os ganhadores da batalha dos royalties do petróleo.

Guardada para ser apresentada no Senado apenas em 2011, após o esperado veto do presidente Lula ao projeto de alteração nos repasses dos royalties neste final de 2010 – e da reação da Câmara ao veto –, a proposta conciliadora acabou vazando, por meio de

furo jornalístico do jornal O Globo, na edição do dia 18 de novembro. Oficialmente, o governo afirma que o projeto está em elaboração.

A proposta prevê uma transição de dez anos até que um novo modo de divisão seja integralmente aplicado aos estados produtores de petróleo. A cada ano, 10% do novo cálculo são adicionados à conta: “isso significa que, no primeiro ano de vigência do acordo, a participação do Rio seria formada por 90% do que recebe atualmente e 10% pelos novos cálculos. Esta proporção vai se invertendo ao longo da década, de forma que no décimo ano o Rio receberia apenas 10% pelo método atual e 90% pelo novo. No ano 11º, apenas a nova fórmula estaria em vigor”, explicou o jornal, mantendo em sigilo a sua fonte.

Ainda de acordo com O Globo, seria respeitado o princípio constitucional segundo o qual entes federativos produtores têm direito a tratamento diferenciado, por meio da destinação de um percentual diferente de royalties e participações, mas menor do que o que é atualmente praticado. Seria de 5%. Nem os 10% atuais e nem os 3% do Fundo de Participação dos Estados.

Mesmo com a regra de transição, o impacto nas contas do

Rio de Janeiro é considerável: “a arrecadação fluminense, que chegaria a R\$ 168,7 bilhões apenas com as áreas já licitadas do pós e do pré-sal, ao fim de dez anos cairia a R\$ 75,2 bilhões – uma redução de R\$ 93,5 bilhões, se for aplicada a redução escalonada conforme a proposta. Apenas uma parte desta garfada seria compensada pela nova fórmula e pela arrecadação com novas áreas”, registra a matéria.

Em números absolutos, o golpe a ser sentido pelo Rio de Janeiro só não é maior em razão do esperado aumento na produção de petróleo e gás. De acordo com projeções divulgadas pelo jornal, o município do Rio, por exemplo, deverá até dobrar a sua renda, em relação ao verificado em 2009, quando foi de R\$ 44,7 milhões.

O que 2010 deixa para 2011 é certeza de irreversibilidade da tendência de mudança nas regras de distribuição dos royalties do petróleo. Afinal, como disse a fonte não identificada de O Globo, “querendo ou não, o parlamento já disse duas vezes que não quer o atual modelo”, para alegria dos prefeitos gaúchos, paraenses e de outros estados que serão incluídos no bolo dos royalties, e apreensão dos prefeitos fluminenses e capixabas.



#### ORGANIZADORES

Rosélia Piquet e Rodrigo Serra

#### AUTORES

Ailton M. de Carvalho  
Ana Beatriz Manhães Pinto  
Carla Pontes  
Denise Terra  
Eduardo Rappel  
Elzira Oliveira  
Érica Tavares da Silva  
Gustavo Givisiez  
José Gutman

#### EDITORA

Garamond

José Luis Vianna da Cruz  
Leonardo de Carvalho  
Maria Eugênia Totti  
Mário Jesiel  
Robson Grassi  
Rodrigo Serra  
Rosélia Piquet  
Sávio Caçador  
Tânia Braga

ARTIGO TRAZ INFORMAÇÕES DE PESQUISA SOBRE O PERFIL DO EMPRESARIADO DO PETRÓLEO NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE, A MAIOR PRODUTORA DO PAÍS. ESTUDO IDENTIFICA A PRESENÇA DE NOVAS ORGANIZAÇÕES DE EMPRESÁRIOS E O CRESCIMENTO DA DEMANDA POR PROGRAMAS PÚBLICOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

■ Artigo ■

# O petróleo segundo os empresários do setor

Rosélia Piquet

Em 2009, pela primeira vez, a balança comercial brasileira de petróleo e derivados teve superávit, registrando uma diferença de US\$ 592 milhões, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo. Além desse fato, projeções da agência governamental norte-americana U.S. Energy Information Administration apontam que o Brasil será

## PESQUISA MOSTRA PERFIL DOS EMPRESÁRIOS DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE

o país que mais contribuirá para o crescimento da produção mundial de petróleo.

Diante da escassez internacional de novas fronteiras exploratórias e dado que a indústria de petróleo e gás é fortemente integrada ao mercado internacional, os investimentos nessa indústria no Brasil vêm crescendo de modo significativo e a expectativa é de que atinjam cerca de R\$ 380 bilhões no período 2011-2014. Como a indústria petrolífera tem importante papel de mobilizar uma ampla cadeia de fornecedores de bens e serviços, o seu potencial de gerar um acréscimo de monta sobre a demanda doméstica nos setores de máquinas, equipamentos e metalurgia, assim como no setor naval, é promissor.

Com base no cenário ex-

posto acima, o texto a seguir objetiva apresentar a importância da cadeia produtiva da indústria petrolífera no país e suas características na região Norte Fluminense, uma vez que as maiores reservas de petróleo e gás do Brasil encontram-se localizadas na plataforma continental da Bacia de Campos.

A cidade de Macaé, tendo sido eleita ainda na década de 1970 a base operacional das atividades de exploração e produção da Petrobras na Bacia de Campos, passou a abrigar grande parte das empresas atuantes na produção petrolífera. O eixo econômico da região passa então de uma base agroindustrial açucareira, calcada em práticas administrativas retrógradas, para um segmento do setor extrativo mineral de práticas empresariais modernas – o petróleo. Profundas alterações são observadas nas dinâmicas econômica e social regional uma vez que passam a conviver empresas altamente especializadas, tecnologicamente sofisticadas e atuantes em segmen-

## MACAÉ, NO RIO DE JANEIRO, SOFRE IMPACTOS DO PETRÓLEO DESDE A DÉCADA DE 70

tos industriais de estrutura transnacional, lado a lado a empresas locais que pouco ou nada têm em comum com o competitivo mundo do pe-

tróleo. No início “tudo” vinha de fora, pois as atividades petrolíferas pouco poderiam contar com as empresas locais para seu atendimento mesmo nas tarefas mais simples<sup>1</sup>.

### O perfil na atualidade

De maio a novembro de 2004 foi realizado um conjunto de 28 entrevistas em profundidade com empresários e executivos do Norte Fluminense, que teve como propósito traçar o perfil das empresas da região segundo a percepção dos próprios empresários, sem utilizar qualquer tipologia previamente definida. Desse modo, os entrevistados, por meio de suas respostas, traçaram o “auto-retrato” das empresas regionais.

Foram selecionadas empresas localizadas em Campos do Goytacazes, por ser o município de maior população e maior número de postos de trabalho, polarizando a região em termos de serviços especializados; em Macaé, por sediar a Unidade de Negócios da Petrobrás, concentrando as atividades diretamente relacionadas ao setor petrolífero na região; em Quissamã, por tratar-se de município criado após 1990 em função das atividades do petróleo e que se torna detentor da mais alta parcela de royalties per capita do país e em São João da Barra, município que nos últimos anos perdeu território e população.

Para a seleção da amostra recorreu-se à Federação das

Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN - Representação Norte Fluminense que forneceu a relação das empresas a ela associadas, contendo endereço completo, número de empregados, setor de atuação e nome do principal diretor. A primeira empresa pesquisada foi sorteada a partir desta listagem, sendo solicitado ao final da entrevista a indicação de cinco empresas de “destaque” na região. Este procedimen-

## SELEÇÃO DA AMOSTRA PARTIU DE RELAÇÃO DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS

to foi repetido nas demais empresas e, dentre as cinco empresas indicadas por cada empresário eram selecionadas aleatoriamente duas a serem percorridas. Em caso de recusa, a empresa era substituída.

Propositalmente a definição sobre “empresa de destaque” foi deixada em aberto, cabendo ao entrevistado indicar porque a citou: boa administração, tradicional, grande empregadora de mão-de-obra, atuante na defesa dos interesses regionais, outras. Dado o caráter qualitativo do trabalho não houve preocupação com a significância estatística da amostra selecionada nem com a técnica de amostragem normalmente utilizada nos trabalhos quantitativos. Portanto, os resultados desta pesquisa

não podem ser generalizados para o universo das empresas do Norte Fluminense. Permite, contudo, que se tenha uma primeira aproximação sobre o comportamento empresarial, questão evidentemente complexa que requer continuados e mais aprofundados estudos. As entrevistas seguiram um roteiro pré-definido, sendo inicialmente solicitadas informações sobre local da sede, instalações no Norte Fluminense, tipo de produtos ou serviços fornecidos, âmbito de atuação da empresa e vínculo com o setor petrolífero. Essas informações permitem classificar o conjunto de empresas percorridas em três grupos distintos, a saber: (i) transnacionais; (ii) fornecedoras locais ao setor petrolífero; e (iii) não-vinculadas ao setor.

As empresas transnacionais caracterizam-se por terem sede no exterior e administração profissional. Em obediência à legislação brasileira que exige a constituição de firma no país, as sedes brasileiras localizam-se na cidade do Rio de Janeiro, com escritórios e unidades de produção ou serviços em Macaé. São grandes e tradicionais empresas nos respectivos setores em que atuam, com número de empregados superior a 50.000 no mundo e a 500 na região. Possuem centros próprios de pesquisa tecnológica localizados no país-sede e, em consequência, os equipamentos de ponta são importados assim como a mão-de-obra mais altamente especializada. Todas possuem a certificação das normas ISO 9.000, mas apenas algumas contam com a certificação do grupo ISO 14.000, que regulamenta a questão ambiental. A totalidade da mão-de-obra empregada no país possui 2º grau completo, sendo as funções mais subalternas (geralmente as atividades de limpeza e segurança) entregues a em-

**Tabela 1. Perspectivas do Investimento no Brasil (2011-2014), em R\$ bilhões**

Distribuição por empresas		Distribuição por segmentos	
Petrobras	303	Exploração e produção	229
Demais empresas	75	Refino, transporte e comercialização	187
		Gás e energia	100
		Outros*	86
<b>Total</b>	<b>378</b>		<b>378</b>

Fonte: IBP, apud SANT'ANNA, André. Brasil é a principal fronteira de expansão do petróleo no mundo. Visão do BNDES, n.87, outubro/2010.  
\*Considera petroquímica, distribuição, combustível e corporativos

**Tabela 2. Impacto total dos investimentos previstos para o período 2011-2014 sobre a produção nacional, em R\$ Bilhões**

	Efeito Direto	Efeito Indireto	Total
Máquinas e equipamentos	190	43	234
Metalurgia	2	29	31
Demais setores produtivos	3	61	64
Comércio	0	17	17
Serviços	10	52	62
<b>Total</b>	<b>205</b>	<b>202</b>	<b>407</b>

Fonte: SANT'ANNA, André. Brasil é a principal fronteira de expansão do petróleo no mundo. Visão do BNDES, n.87, outubro/2010.

**Tabela 3. Índice de Conteúdo Nacional**

Ano	Empresas Nacionais		Empresas Estrangeiras	
	(em R\$ bilhões)	em %	(em R\$ bilhões)	em %
2003	2,0	48,5	2,1	51,5
2004	2,0	55,4	1,6	44,6
2005	4,2	63,9	2,3	36,1
2006	5,3	65,9	2,7	34,1
2007	7,2	68,7	3,3	31,3
2008	9,5	67,0	4,7	33,0
2009	9,8	62,1	6,0	37,9
2010	11,0*	61,4	6,8*	38,6

Fonte: Prominp. Ministro de Minas e Energia  
\* Valor anualizado com base nos R\$ 5,5 bilhões contratados de janeiro a junho deste ano.  
\*\* Valor anualizado com base nos R\$ 3,4 bilhões contratados de janeiro a junho deste ano.



presas terceirizadas.

O segundo grupo – as fornecedoras locais ao setor – caracteriza-se pela presença de empresas regionais que se relacionam diretamente com as petroleiras ou com as transnacionais especializadas do setor através do fornecimento de equipamentos e serviços de baixa tecnologia, tais como: estacas de

ancoragem, bóias, serviços de caldeiraria, abastecimento alimentar das plataformas, transporte de combustíveis, recuperação de equipamento e pintura industrial. Localizam-se em Macaé e são administradas de modo profissional, sendo apenas uma sediada em Campos. Todas revelaram preocupação em garantir e melhorar a quali-

dade dos produtos e serviços fornecidos, em função do grau de exigência das contratantes. Contudo, somente uma dispõe da certificação ISO 9.000. Em média têm 10 anos ou mais de existência, apresentando quadro de pessoal relativamente reduzido, entre 10 a 120 empregados, com qualificação mínima de 1º grau completo. Apenas uma dessas empresas foi fundada ainda no século XIX, do setor de caldeiraria e teve sua origem como fornecedora às usinas de açúcar campistas.

As empresas não-vinculadas ao setor petrolífero constituem, sem dúvida, o grupo mais heterogêneo e engloba empresas de engenharia civil, extrativa mineral, transporte de combustíveis, alimentar, material de construção, confecção feminina e usinas açucareiras. Localizam-se predominantemente em Campos dos Goytacazes, Quissamã e São João da Barra e têm características profundamente diferentes entre si e em relação às grandes corporações multinacionais e às empresas-satélites fornecedoras. Em sua maioria foram fundadas há mais de 30 anos por empresários locais, sendo apenas duas em datas recentes. São empresas familiares, pouco afeitas às práticas administrativas modernas e dentre elas encontram-se duas cooperativas e uma multinacional. Um de seus traços marcantes é a baixa exigência quanto à qualificação da mão-de-obra sendo que nenhuma possui a qualificação das séries ISO 9.000 ou 14.000.

### O autorretrato empresarial

Após a obtenção das informações básicas sobre as empresas, o que permitiu classificá-las nos três subgrupos descritos, os entrevistados eram instados a expor como interagiam com as administrações municipais, seu

## Continuação da página 5

posicionamento frente aos problemas regionais e sua percepção sobre o quadro empresarial da região. Os pontos centrais são sumariados a seguir.

As multinacionais vêem-se como portadoras das boas práticas administrativas e do progresso da região, uma vez que pagam corretamente os impostos e geram postos de trabalho qualificados. Exigem e, portanto, “ensinam” as empresas fornecedoras locais a adquirirem comportamentos administrativos semelhantes aos seus. Consideram as administrações públicas locais (prefeituras) como ineficientes e pouco atentas as suas necessidades, sendo a falta de segurança nas ruas,

---

### EMPRESAS AVALIAM QUE AJUDAM A REGIÃO COM CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

---

iluminação pública precária e transportes coletivos deficientes, as carências mais citadas. Quando solicitados a definirem o que a empresa realizava para apoiar o desenvolvimento local, as respostas foram no sentido de considerar que cumprem corretamente o que pode ser esperado de uma empresa privada, uma vez que agem dentro dos princípios éticos e administrativos modernos, não burlando a legislação trabalhista brasileira, nem ferindo o meio ambiente. Não participam de entidades locais – associação de classe ou outra – e a maioria não realiza trabalhos de cunho social.

As fornecedoras consideram que cumprem o seu papel gerando empregos e pagando impostos. Sendo empresas pequenas, afirmam ser impossível participar de forma

significativa em programas sociais, que vêm como atribuição exclusiva do setor público, pois para isso pagam impostos. Não participam de entidades de classe, nem de outras formas de associação. Evitaram manifestar-se quanto às administrações públicas locais, mas quando o fizeram foi de forma negativa.

As não-vinculadas apresentaram respostas erráticas, dada a diversidade de tipos de empresas e de empresários. Estes, quando instados a definirem o que faziam para apoiar o desenvolvimento local, igualmente responderam que pagam impostos e geram empregos. Poucos participam de projetos sociais, sendo o grupo que mais participa de associações de classe.

Antes de prosseguir cabe ressaltar que as atividades industriais do setor petrolífero, com suas conseqüências positivas e negativas, concentram-se em Macaé. Os demais municípios da região são beneficiados pelos efeitos indiretos: aqueles advindos do recebimento dos royalties e das participações especiais, assim como os decorrentes do aumento da demanda agregada, provocado pela oferta ampliada de postos de trabalho de elevada remuneração. Essa característica é retratada no tipo de empresa que predomina nos dois principais municípios: enquanto Macaé reúne o conjunto de empresas

---

### EM RELAÇÃO A MACAÉ, CAMPOS APRESENTA MAIOR COMPLEXIDADE NO PARQUE INDUSTRIAL

---

vinculadas ao setor petrolífero, as empresas entrevistadas em Campos dos Goytacazes refletem a maior complexidade do parque industrial municipal.

Para as empresas do primei-

ro grupo as áreas produtoras funcionam frequentemente como simples base de fluxos onde se articulam nós de uma sofisticada rede de plataformas, portos, dutos, aeroportos e estações de processamento, que captam e redistribuem fluxos de produtos, homens e informações. Um dos indicadores que retrata esse modo de tratar o território que lhes dá sustentação é o baixo grau de relações estabelecidas por essa categoria de empresas com a região. A seu turno as pequenas empresas locais a elas subordinadas - as fornecedoras - talvez por um comportamento mimético, também pouca importância atribuem ao local uma vez que além de não serem associadas às entidades de classe, não participam de programas sociais, apresentam visão utilitarista sobre as administrações públicas e sequer conhecem a sigla “Ompetro” - Organização dos Municípios Produtores de Petróleo, instituição que, em princípio, é voltada à defesa dos interesses regionais<sup>2</sup>.

As não-vinculadas encontram-se com sua auto-estima fragilizada, tendo os empresários entrevistados expressado que a “região não tem empresários”; “as empresas campistas estão estagnadas ou em decadência”; “as empresas locais têm administrações amadoras que procuram tirar o máximo do presente”. De fato, parte das empresas percorridas apresentava um aspecto decadente em suas instalações industriais e administrativas e os empresários não indicaram propósitos de mudanças. Embora seja o grupo mais envolvido com as questões locais, esse traço não vem se traduzindo em atitudes voltadas a um comportamento pró-ativo no sentido de estabelecer relações com outras empresas de modo a conquistar posições estratégicas nos mercados locais ou regionais.

## Uma breve avaliação

Quando se compara o quadro empresarial regional com as transformações econômicas no Brasil vê-se quão lenta tem sido a mudança em curso no Norte Fluminense. Afinal, são decorridos mais de 30 anos que o petróleo chegou à região e a participação das empresas regionais nessa nova estrutura produtiva é ainda modesta. A pesquisa de campo indica que boa parte do empresariado local entrevistado, até meados dos anos 2000 pouco se movimentou no sentido de desenvolver ações coordenadas tendo como objetivo uma inserção maior e mais qualificada no mundo do petróleo, embora vínculos com outras empresas, troca e

---

### PARTE DAS EMPRESAS MOSTRA ASPECTOS DE DECADÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO

---

partilha de recursos sejam na atualidade inevitáveis até para as grandes corporações. Além disso, dentre as tendências trazidas pela globalização, uma é a de reduzir a importância das formas tradicionais de contigüidade espacial, fazendo emergir nos sistemas locais capacidades autônomas de atingir novos mercados e de participar de redes mundiais de divisão do trabalho, antes só atingíveis pelos sujeitos localizados nas áreas “centrais” (Coró, 1999:170).

Evidente que a grande indústria e a pequena empresa correspondem a universos sociais e organizacionais diferentes e que boa parte da expansão de pequenas e médias empresas tem sua origem na reforma organizacional das grandes empresas. Entretanto, como sustenta a

literatura acadêmica ligada à economia e ao planejamento urbano e regional, uma vez que se passou a operar com categorias locais e não mais nacionais, com categorias sócio-territoriais e não mais técnico-fabris, faz-se necessária a compreensão das dinâmicas produtivas específicas dos territórios ou das cidades em questão, como base da política de desenvolvimento local.

No Norte Fluminense existe um entrave adicional: trata-se de uma possibilidade de desenvolvimento econômico em um sistema produtivo que apresenta pesadas barreiras à entrada, tanto de cunho tecnológico quanto financeiro. No caso em tela e tomando

---

### PRÁTICA PÚBLICA LOCAL É DE CONCEDER BENEFÍCIOS FISCAIS A EMPRESAS

---

como base os princípios da Teoria da Localização Industrial é possível mostrar que o comportamento locacional da indústria petrolífera é determinado pela presença da principal fonte de matéria-prima – o petróleo, havendo fundamentação científica para afirmar ser desnecessária qualquer forma de incentivo fiscal que tenha por finalidade disputar a escolha empresarial quanto à localização. Nas práticas administrativas públicas locais, por desconhecimento ou má-fé, são concedidos benefícios fiscais, sob o argumento de se criar “atratividades” para novos investimentos. Essa estratégia não costuma gerar um desenvolvimento permanente e estável e uma das conseqüências desta opção é a escassez de recursos financeiros para investir na

infra-estrutura regional ou local.

De acordo com a opinião dos entrevistados é também possível extrair que a Ompetro se limita a defender corporativamente o recebimento dos benefícios financeiros advindos dos royalties, sem visão sistêmica e sem adotar estratégias de promoção das empresas regionais. Ao contrário, a concepção da ONIP representou uma inovação, pois como organização mobilizadora, sua atuação objetivou estimular o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva do petróleo no país, propondo-se a atuar segundo Diniz e Boschi (2004:144) como um espaço de articulação e cooperação envolvendo os principais atores – setor privado, entidades de classe e órgãos governamentais – na busca de estratégias comuns para a expansão e o fortalecimento da cadeia produtiva na área da indústria do petróleo, para além das diferenças setoriais e regionais.

#### Presente e Futuro

Com o intuito de atualizar o quadro empresarial da região um novo levantamento de campo foi realizado no ano de 2009 e pode-se constatar que as mudanças no contexto institucional local dizem respeito à implantação e crescimento de organizações representativas dos interes-

---

### EM 2009, NOVO LEVANTAMENTO MOSTRA MAIOR COMPORTAMENTO ASSOCIATIVO

---

ses empresariais. Surgiram não só novas associações de defesa do meio empresarial local, como o Grupo de Empresas Prestadoras de Serviços do Petróleo e Afins

– Geps, como novas seções de entidades nacionais foram instaladas em Macaé. Dentre estas destacam-se as sedes regionais da Organização Nacional das Indústrias do Petróleo (ONIP) e do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) e, a decisão da Firjan de abrir uma nova unidade local do Senai. Estas entidades não só atuam no âmbito da capacitação e apoio às empresas locais como também qualificando pessoal. Merece destaque a criação do Instituto Macaense de Metrologia (IMMT), autarquia municipal que atende a enorme demanda de calibrações e ensaios de instrumentos de medições, pois uma única plataforma de extração de petróleo pode acumular até 1.500 instrumentos que devem ser aferidos pelo menos uma vez por ano.

Talvez a iniciativa mais importante regionalmente seja o programa Rede Petro - BC, lançado pela Petrobras e um conjunto de instituições, cujo objetivo foi o de articular as empresas locais buscando a cooperação e o aprendizado mútuo de modo a atuarem coletivamente. A estratégia adotada foi a de promover a melhoria de competitividade das pequenas e micro empresas fornecedoras. Contudo, esta experiência deve ser vista com cautela, pois, segundo Fauré, menos de uma centena de empresas participam da Rede, quando cerca de 500 deveriam estar interessadas e envolvidas. (Fauré, 2008:177).

Dois programas implantados pelo Ministério de Minas e Energia em âmbito nacional, mas que vêm beneficiando diretamente Macaé: (i) Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás – Prominp – que busca garantir a participação da indústria nacional de bens e serviços em bases competitivas e sustentáveis perante as concorrentes externas; (ii)

Plano Nacional de Qualificação Profissional, voltado à formação de mão-de-obra especializada para o setor.

As instituições de ensino, tanto públicas quanto particulares, também têm ampliado a oferta de cursos, principalmente em Campos dos Goytacazes e Macaé. Uma vez que a demanda por pessoal e serviços qualificados é extremamente elevada, cabe destacar o papel que o Laboratório de Engenharia e Exploração do Petróleo (Lenep), da Universidade Estadual do Norte Fluminense vem desempenhando, ao formar pessoal altamente qualificado em cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu.

Segundo projeções do BN-

---

### NÃO HÁ GRANDE PERSPECTIVA DE INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA ADEQUADA

---

DES, entre 2011 e 2014, serão investidos no Brasil cerca de R\$ 380 bilhões no setor de petróleo e gás, conforme indicado na Tabela 1 e esses investimentos resultarão em forte efeito multiplicador em outros setores econômicos (Tabela 2).

Do total dos investimentos previstos para o setor 55%, cerca de R\$ 205 bilhões, resultarão em encomendas nacionais como apresentado na Tabela 3.

Embora sejam promissores os dados apresentados, a magnitude desses valores trás desafios a serem vencidos que não são simples e dizem respeito à capacidade das empresas locais de atender a essa demanda a custos competitivos e com padrão tecnológico adequados. Como as empresas localizadas no Brasil não apresentam elevada pro-

continuação da página 7

pensão a investir em tecnologia, os equipamentos comprados dos fornecedores locais estão limitados a itens de baixo valor agregado, segundo a Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos - Abimaq.

Outros fatores minam também a competitividade dos fornecedores nacionais, sendo os problemas mais citados apresentados no Gráfico 1.

Com o resultado os equipamentos nacionais custam de 10% a 40% a mais que um similar importado. Agravando esse quadro, e ainda segundo o estudo da Booz & Company, dos principais grupos de equipamentos, 37% têm predomínio de fornecedores estrangeiros e outros 38% não têm similar nacional. Como se constata, há muito o que avançar para que a participação nacional permaneça elevada, e seja também mais significativa nos itens de maior valor agregado.

Em síntese, o texto procurou evidenciar que dada a variedade de bens e serviços demandados pela atividade industrial petrolífera estrito senso seus desdobramentos se fazem presentes em todo o país e em uma importante gama de setores, notadamente na indústria de bens de capitais, na metalurgia assim como na implantação e no desenvolvimento de centros de pesquisa tecnológica de ponta.

Com as descobertas de petróleo e gás nas camadas de pré-sal novas perspectivas se abrem ao país com a possibilidade de garantir às próximas gerações a oportunidade da oferta de milhares de postos

de trabalho, o aumento da geração de renda bem como fortalecer o capital local com a formação de novas empresas. O papel da região Norte fluminense nesse cenário poderá ser de destaque desde que os vultosos recursos originários dos pagamentos dos royalties e das participações especiais, altamente concentrados no estado e nos municípios da região, não sejam dilapidados<sup>3</sup>.

Os exemplos internacionais indicam que tornar-se um país exportador de petróleo não é nenhuma vantagem, depende do uso que se faça dessa riqueza. Os dólares obtidos tanto podem ser destinados para desenvolver no próprio país nichos industriais sofisticados como aplicados em gastos correntes no mercado interno ou externo.

**ROSÉLIA PIQUET É DOUTORA EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, PESQUISADORA DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ) E COORDENADORA DO MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES.**

#### NOTA DO BPRR

ESTE ARTIGO É UMA VERSÃO RESUMIDA DE TRABALHO APRESENTADO NA MESA "INFLUÊNCIAS DA CADEIA PRODUTIVA DO PETRÓLEO NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE", DURANTE ENCONTRO DE GEOGRAFIA PROMOVIDO PELA COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO IF FLUMINENSE, EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, ENTRE OS DIAS 16 E 19 DE

NOVEMBRO DE 2010, SOB O TÍTULO "A CADEIA PRODUTIVA DO PETRÓLEO NO BRASIL E NO NORTE FLUMINENSE".

#### NOTAS

1. NOS ANOS 1970 É DESCOBERTO PETRÓLEO NA PLATAFORMA CONTINENTAL DA BACIA DE CAMPOS E A PETROBRAS ELEGE POR RAZÕES LOGÍSTICAS A CIDADE DE MACAÉ COMO SUA BASE DE OPERAÇÕES, EMBORA CAMPOS DOS GOYTACAZES FOSSE A PRINCIPAL CIDADE DA REGIÃO. COM A CONFIRMAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE RESERVAS ECONOMICAMENTE VIÁVEIS E EM GRANDE VOLUME DE ÓLEO, AS ATIVIDADES DA PETROBRAS LOGO SE AMPLIAM E A BASE OPERACIONAL DE MACAÉ - DESIGNADA UNIDADE DE NEGÓCIOS DA BACIA DE CAMPOS - UNBC, SE TORNA A MAIOR UNIDADE DA EMPRESA EM TODO O PAÍS.

2. A OMPETRO TEVE SEU ATO DE CRIAÇÃO FORMALIZADO EM 26 DE JANEIRO DE 2001, COM SEDE E FORO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES. SÃO SEUS SÓCIOS OS CHAMADOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO E GÁS DA BACIA DE CAMPOS DEFINIDOS PELAS LEIS 7.990/89 E 9.478/97. TEM COMO OBJETIVO A DEFESA DE SEUS ASSOCIADOS, SENDO A RENDA DA ORGANIZAÇÃO ORIUNDA DAS CONTRIBUIÇÕES DOS MUNICÍPIOS NELA REPRESENTADOS.

3. SEGUNDO DADOS DE PESQUISA (CRUZ, 2007), NO MAIOR MUNICÍPIO DA REGIÃO - CAMPOS DOS GOYTACAZES - O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPOS (FUNDECAM) POSSUÍA, AO FINAL DE 2007, RECURSOS APROVADOS PARA MAIS DE 60 PROJETOS, DOS QUAIS APENAS CERCA DE 10 ENCONTRAVAM-SE IMPLANTADOS E 07 EM FUNCIONAMENTO REGULAR. DOS 5.500 EMPREGOS ANUNCIADOS NA PÁGINA OFICIAL DA INSTITUIÇÃO E NA IMPRENSA LOCAL, NEM 500 (QUINHENTOS) HAVIAM SIDO GERADOS DE FATO. CRUZ INDICA AINDA QUE AS REFERÊNCIAS PARA CONTATO INDICADAS NÃO ERAM SEDES DAS EMPRESAS BENEFICIADAS OU NÃO EXISTIAM E, QUE APENAS 05 EMPRESÁRIOS SE COLOCARAM

DISPONÍVEIS PARA ENTREVISTAS.

#### BIBLIOGRAFIA

CAETANO FILHO, ELÍCIO. O PAPEL DA PESQUISA NACIONAL NA EXPLORAÇÃO E EXPLOTAÇÃO PETROLÍFERA DA MARGEM CONTINENTAL NA BACIA DE CAMPOS. IN: PIQUET, ROSÉLIA (ORG). PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2003, PP.39-94.

CORÓ, GIANCARLO. DISTRITOS E SISTEMAS DE PEQUENA EMPRESA NA TRANSIÇÃO. IN: COCCO, GIUSEPPE (ORG). EMPRESÁRIOS E EMPREGOS NOS NOVOS TERRITÓRIOS PRODUTIVOS: O CASO DA TERCEIRA ÍTALIA. RIO DE JANEIRO: DP&A, 1999, PP.147-198.

CRUZ, JOSÉ LUIS VIANNA.. RELATÓRIO DE PESQUISA. 2007. CIRCULAÇÃO RESTRITA.

DINIZ, ELI E BOSCGI, RENATO. EMPRESÁRIOS, INTERESSES E MERCADOS: DILEMAS DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL. BELO HORIZONTE: EDITORA UFMG; RIO DE JANEIRO: IUPERJ/UCAM, 2004. 241P.

FAURÉ, YVES-A. A TRANSFORMAÇÃO DA CONFIGURAÇÃO PRODUTIVA DE MACAÉ, RJ: UMA PROBLEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL. IN: FAURÉ, YVES-A; HASENCLEVER, LIA. (ORGS). O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. RIO DE JANEIRO: E-PAPERS, 2008.

RAPPEL, EDUARDO. OPORTUNIDADES E DESAFIOS DO PARQUE NACIONAL DE FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS PARA O SETOR DE PETRÓLEO E GÁS. IN: PIQUET, ROSÉLIA (ORG). PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2003, PP.95-124.

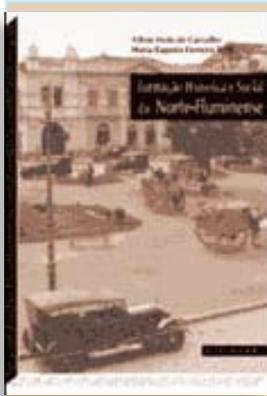
SANT'ANNA, ANDRÉ ALBUQUERQUE. BRASIL É A PRINCIPAL FRONTEIRA DE EXPANSÃO DO PETRÓLEO NO MUNDO. BNDES, VISÃO DO DESENVOLVIMENTO, N.87, OUT.2010.

## FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DO NORTE FLUMINENSE

EDITORA GARAMOND

Organizado por Ailton Mota de Carvalho e Maria Eugênia Ferreira Totti

Com textos de Maria Eugênia Ferreira Totti - Paulo Pedrosa - José Luís Vianna da Cruz - Teresa Peixoto Faria - Érica Tavares da Silva - Paulo Marcelo de Souza - Niraldo José Ponciano - Romeu Silva Neto - Ailton Mota de Carvalho - Rodrigo Valente Serra - Denise Tavares Terra - Sônia Martins de Almeida Nogueira



IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO PORTUÁRIO DO AÇU, EM SÃO JOÃO DA BARRA (RJ), SÃO ANALISADOS EM ARTIGO QUE TEM COMO BASE DADOS DO EMPREGO FORMAL. HÁ GRANDE DEMANDA DE INVESTIMENTOS EM ÁREAS COMO SANEAMENTO, ESCOLAS E HOSPITAIS

Artigo

## Mercado de trabalho formal no Norte do Rio de Janeiro: Impacto da implantação do Complexo Portuário do Açú.

Elzira Lúcia de Oliveira  
Gustavo Henrique  
Naves Givisiez

O conjunto dos investimentos previstos no Complexo Portuário do Açú impactará de forma significativa o município de São João da Barra, bem como sua hinterlândia imediata, especialmente o município de Campos dos Goytacazes, que, além de ser o mais próximo a São João da Barra, é também o maior da região.

O tipo de cidade portuária que São João da Barra se tornará, dependerá, fundamentalmente, da ação do poder público no sentido de coordenar o processo de implantação e antecipar os impactos sobre o território e sobre a população.

Desde o lançamento da pedra fundamental do empreendimento até o estágio atual da obra já se pode notar alguns efeitos no município. A empresa LLX faz parte do imaginário coletivo: ouvem-se histórias de que o empresário Eike Batista já teria comprado grande parte do município. A ordem de grandeza varia, contudo, aumenta à medida que as

empresas empreendedoras e as contratadas para a obra vão imprimindo suas marcas no território, especialmente nos distritos.

Nesta fase de implantação do empreendimento, quando se absorve percentual significativo de trabalhadores com baixa qualificação, é fácil encontrar alguém que tenha um conhecido ou parente trabalhando na obra do porto. Carros com marcas de empreiteiras contratadas circulam pela região e os caminhões trafegam incessantemente por um trecho da BR 356 carregados de pedra para abastecer a obra.

Contudo, o que se pode afirmar de fato é o impacto no mercado de trabalho local representado pelo aumento do emprego formal, especialmente no setor de construção civil, desde o início das obras. Uma cidade, de pequeno porte como São João da Barra, com baixa capacidade institucional, receberá um volume expressivo de investimentos que produzirá impactos sociais e territoriais. Dessa forma, o entendimento dos primeiros efeitos sobre o mercado de

trabalho formal constitui um subsídio inicial para o planejamento do território.

Os grandes empreendimentos produzem impactos territoriais e sociais significativos, por isso deveriam ser objeto de planejamentos regionais que previsses tais impactos bem como medidas mitigadoras. Nesse sentido a implantação de um complexo portuário pode produzir diversos efeitos locais e regionais que merecem ser diagnosticados para orientar medidas e políticas de acomodação desses impactos.

### Transformações socioespaciais

A região Norte do Estado, desde a segunda metade da década de 1970 vem passando por transformações produtivas que redefinem os usos do território. Os primeiros impactos decorrem da então incipiente e hoje crescente indústria de exploração e produção de petróleo e gás. A região gradativamente vem migrando de uma atividade exclusivamente agrária, ancorada na cultura

canavieira e indústria sucroalcooleira para uma indústria extrativa mineral cuja cadeia produtiva e características do processo de produção atrai desde empresas transnacionais de grande porte como pequenas e médias empresas (PIQUET, 2004).

Somente na última década do século XX, a população do Macaé cresceu a uma taxa média de 3,07% a.a enquanto a população do estado cresceu a 1,30% e a da região norte 1,5% a.a. Nos trinta anos que transcorreram de 1970 a 2000, o Brasil aumentou o seu contingente populacional em 82,4% e o município de Macaé mais que dobrou sua população, que passou de 65.318 para 132.461 habitantes, apresentando um crescimento de 102,8% no período (IBGE, Censos Demográficos de 1980 a 2000). Ressalta-se que entre 2000 e 2010, a taxa de crescimento médio da população brasileira foi de 1,17% a.a.; a população da região Sudeste cresceu a uma taxa média de 1,05% a.a.; no estado do Rio de Janeiro a população cresceu a uma

Gráfico 1: Participação da ocupação na Indústria extrativa mineral no total da ocupação – mun. Norte Fluminense – 2006 a 2009

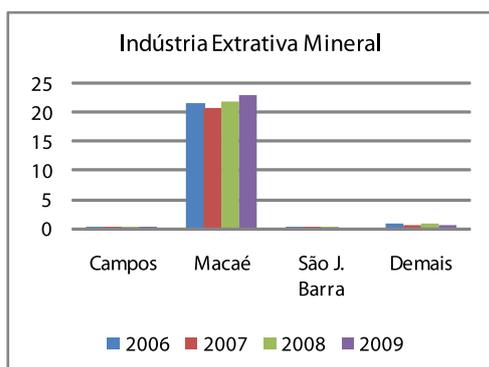


Gráfico 2: Participação da ocupação na Indústria de transformação no total da ocupação – mun. Norte Fluminense – 2006 a 2009

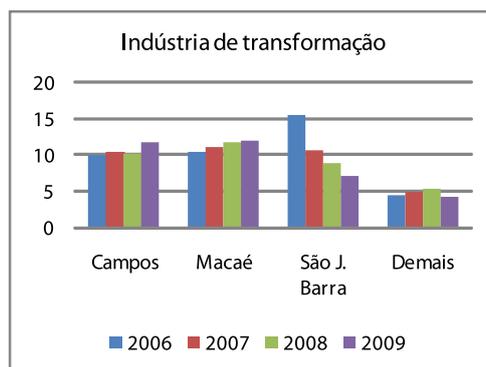
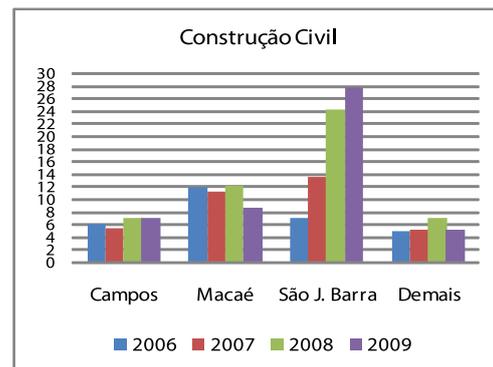
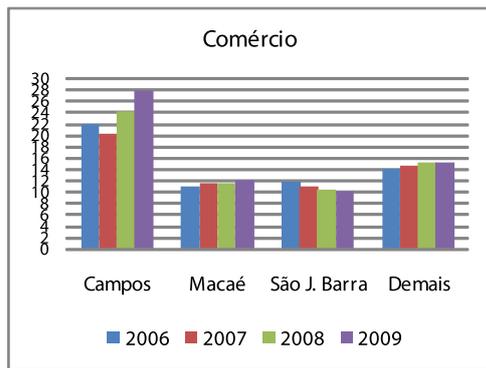


Gráfico 3: Participação da ocupação na Construção civil no total da ocupação – mun. Norte Fluminense – 2006 a 2009



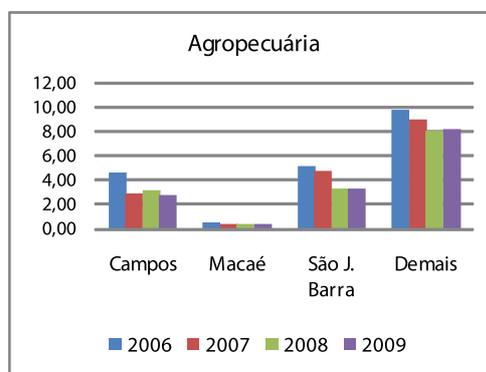
continuação da página 9

Gráfico 4: Participação da ocupação no Comércio no total da ocupação – mun. Norte Fluminense – 2006 a 2009



Fonte: RAIS/MTE (2006 a 2009)

Gráfico 7: Participação da ocupação em Agropecuária no total da ocupação – mun. Norte Fluminense – 2006 a 2009



Fonte: RAIS/MTE (2006 a 2009)

Gráfico 5: Participação da ocupação em Serviços no total da ocupação – mun. Norte Fluminense – 2006 a 2009

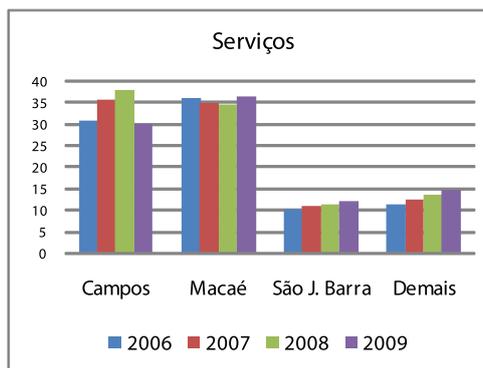


Gráfico 6: Participação da ocupação na Administração pública no total da ocupação – mun. Norte Fluminense – 2006 a 2009

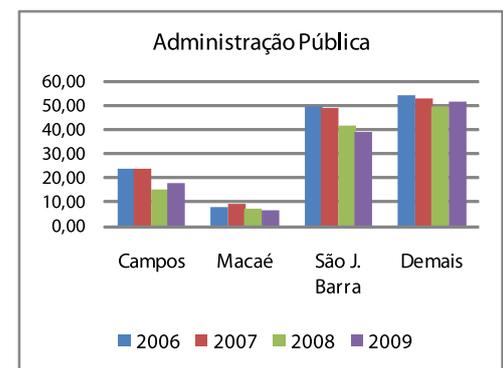


TABELA 1  
POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL E TAXA DE RURALIZAÇÃO, SEGUNDO O PERÍODO. SÃO JOÃO DA BARRA, RJ, 1970-2010

Anos	Total	Urbana	Rural	Tx. Rural	Tx. Cresc
1970	55.619	9.725	45.894	82,5	-
1980	54.588	21.066	33.522	61,4	-0,2
1991	59.561	29.791	29.77	50,0	0,8
2000	27.682	19.631	8.051	29,1	
2010	32.767	25.715	7.052	21,5	1,7

FONTE: IBGE

taxa de 1,06% a.a. enquanto a população de Macaé cresceu no mesmo período a uma taxa média de 4,5% a.a. Entretanto, parte significativa da dinâmica do mercado de trabalho de Macaé produz reflexo em Rio das Ostras, onde o crescimento populacional na década de 2010 foi de 10,7% a.a. Em menor intensidade, mas com crescimento acima da média regional e estadual, os municípios de Carapebus, Quissamã e Casimiro de Abreu também têm absorvido trabalhadores que se deslocam em função dos empregos gerados no setor de petróleo e gás.

Uma grande transformação que pode promover uma reestruturação socioespacial do território encontra-se em curso. Desta vez o cenário será o município de São João da Barra, cuja participação na indústria do petróleo ocorre por meio dos recebimentos dos royalties e participações espe-

ciais do petróleo produzido na Bacia de Campos. Os primeiros efeitos do empreendimento que promete promover essa transformação já podem ser notados a partir dos dados de emprego formal na região.

Uma análise da evolução da estrutura ocupacional formal dos nove municípios da região norte fluminense chama atenção para o forte crescimento da participação relativa do emprego formal na construção civil em relação ao total de ocupados em São João da Barra. Optou-se por destacar os principais municípios da região e agregar os demais (Conceição de Macabu, São Fidélis, Quissamã, Carapebus, São Francisco de Itabapoana e Cardoso Moreira).

Pelo gráfico 1 verifica-se que a indústria extrativa mineral, mais especificamente a indústria de produção e exploração de petróleo e gás, instalada majoritariamente em Macaé,

apresenta aumento, ainda que tênue, da participação do emprego no setor nos últimos três anos analisados (2007, 2008 e 2009). A participação dos demais municípios nesse setor é irrisória.

A indústria de transformação apresenta leve aumento da participação do emprego formal em Campos dos Goytacazes em 2009 e pequena tendência de aumento em Macaé. Ao contrário, em São João da Barra, o setor encontra-se em forte queda do emprego, decorrente do fechamento de uma usina de produção de açúcar e álcool no município e, ainda da diminuição da mão de obra contratada na única indústria de bebidas instalada no município (gráfico 2).

A construção civil, por sua vez apresenta comportamento diferenciado em São João da Barra, a participação relativa do emprego em 2006 que era de 7,04% termina 2009 com

27,82%. Essa expansão é decorrente das contratações para a construção do Porto do Açú e não de uma expansão dos empreendimentos imobiliários no município. Observe que os primeiros impactos sobre o emprego são concentrados em São João da Barra, não se verificando sinais de aquecimento em Campos dos Goytacazes em decorrência do porto (gráfico 3).

Campos dos goytacazes, por ser o maior município da região e por concentrar significativa oferta de estabelecimentos de comércio, apresenta evolução neste setor, especialmente a partir de 2007. É provável que o município esteja absorvendo uma demanda derivada dos efeitos multiplicadores da obra do porto no setor de comércio (gráfico 4).

O setor de serviços de forma agregada ainda não aparenta responder aos possíveis impactos da instalação do

complexo portuário em São João da Barra. O aumento da participação do emprego formal nesse setor ainda é bastante tímido no município e apresenta queda no último ano em Campos dos Goytacazes, onde teria maior suporte para acomodar os impactos. Uma análise desagregada do setor será apresentada na próxima seção para o município de São João da Barra (gráfico 5).

Embora a administração pública seja um importante gerador de emprego nos municípios recebedores de royalties da região norte fluminense, ela é menos importante nos municípios onde existem outras opções de trabalho. Veja a diminuição da participação dessa alternativa em São João da Barra a partir de 2008, quando já se fazia sentir o efeito dos empregos gerados na obra do complexo portuário do Açú. Por outro lado, nos municípios menores a participação do emprego da administração pública manteve-se alta e com pouca variabilidade durante o período analisado (gráfico 6).

Apesar de a formação econômica da região não ser objeto de análise deste trabalho, ressalta-se que a importância do emprego na administração pública é relacionada com a contínua perda da importância da agricultura na geração de empregos formais, decorrente do esgotamento da indústria sucroalcooleira na região (gráfico 7).

### Dinâmica do emprego formal

O município de São João da Barra, que fazia parte de São Francisco de Itabapoana, com características predominantemente rurais se emancipou na década de 1990, contudo, conserva ainda em 2000, 29%, contudo essa taxa em 2010 diminuiu para 21,5%. Observe também que o crescimento

TABELA 2  
OCUPADOS NO SETOR FORMAL SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA POR PERÍODO (1990/1999)

Setores de Atividade Econômica	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Demais setores industriais	330	222	168	202	91	116	189	244	149	162
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	946	971	930	925	958	952	1.008	887	421	381
Serviços industriais de utilidade pública	66	61	69	70	20	12	71	32	5	3
Construção civil	6	24	15	12	36	63	59	57	101	86
Comércio varejista	227	224	154	200	160	195	301	324	250	232
Comércio atacadista	22	25	24	25	25	34	39	48	36	26
Instituições de crédito, seguros e capitalização	61	53	49	56	49	48	26	38	36	34
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	34	32	25	33	10	23	12	13	6	19
Transportes e comunicações	43	21	12	72	19	14	18	16	15	9
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	133	122	84	118	67	108	109	108	96	71
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	3	5	5	4	75	72	70	68	74	68
Ensino	0	0	0	0	0	46	48	37	31	47
Administração pública direta e autárquica	1.328	1.454	1.593	1.253	1.269	1.266	1.255	827	819	830
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	28	38	102	144	256	307	274	362	691	740
OUTR/IGN	46	81	114	137	206	48	33	27	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>3.273</b>	<b>3.333</b>	<b>3.344</b>	<b>3.251</b>	<b>3.241</b>	<b>3.304</b>	<b>3.512</b>	<b>3.088</b>	<b>2.730</b>	<b>2.708</b>

FONTE: RAIS/MTE (1990 A 1999)

populacional nas últimas décadas do século passado foi inexpressivo. Contudo, na década de 2010, possivelmente já refletindo uma dinâmica própria e mais urbana e também revelando os primeiros impactos das obras relacionadas ao mega empreendimento portuário, São João da Barra cresce 1,7%. O crescimento observado é superior ao de Campos dos Goytacazes, cujo crescimento foi de 1,3% e de São Francisco de Itabapoana, onde se observou o irrisório crescimento de 0,1%.

Durante a maior parte da década de 1990 o emprego formal no município apresentou poucas variações, contudo, nos dois últimos anos da década verifica-se tendência de declínio do total de ocupados. Os setores mais importantes no período foram: Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, que até 1997 empregava em média 997 trabalhadores. Este setor, nesta década constituía-se basicamente de uma usina de álcool e uma fábrica de Bebidas. Veja que a partir de 1998, o setor apresenta redução drástica do contingente de trabalhadores.

Outro setor importante na demanda de trabalho no município é a Administração pública direta

e autárquica que empregava até 1996 em média 1345 trabalhadores, passando a empregar a partir de 1997, 825 trabalhadores em média (as prefeituras dos municípios recebedores de royalties pela produção e exploração de petróleo e gás da Bacia de Campos são, tradicionalmente, importantes empregadores).

A Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal apresenta aumento expressivo na década, passando de 28 ocupados em 1990 para 740 em 1999, mais do que 26 vezes o montante de 1990. Este aumento pode refletir regularização do setor em decorrência de fiscalização, especialmente nas atividades relacionadas à cultura canavieira, que, mesmo em fase de esgotamento, ainda guardava certa importância relativa, no município e na região norte.

A faixa litorânea do município se caracteriza por praias de tombos e águas turvas nas proximidades da foz da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, apresentando baixa vantagem comparativa em termos de paisagem e infraestrutura relativamente ao litoral Sul do estado. Entretanto, existe certa atividade turística que se caracteriza pela ocupação das residências de uso ocasional, prin-

cipalmente pela população das cidades vizinhas, com relevante fluxo de Campos dos Goytacazes. Existem ainda pousadas simples e uma colônia de férias de propriedade do Serviço Social do Comércio de Minas Gerais (SESC-MG), que movimentam o setor na alta temporada, finais de semana e feriados prolongados. Contudo, o setor de Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação gerava, segundo relações formais de trabalho, até a metade da década, a média insignificante de 17 trabalhadores, aumentando para 73 na segunda metade.

O comércio varejista, durante toda a década gerou em média 227 empregos, não apresentando tendência definida durante o período.

A construção civil apesar de ter apresentado crescimento no período, termina a década com apenas 86 empregos formais.

A análise dos primeiros oito anos dos anos 2000 revela o contínuo declínio da indústria do álcool no município que termina o ano de 2008 com 311 trabalhadores, refletindo o fechamento da usina de Açúcar e álcool no final de 2008. O setor é a partir de 2009 repre-

sentado de forma significativa apenas pela indústria de bebidas instalada no município.

A pedra fundamental do Complexo Portuário do Açú foi lançada em 27 de dezembro de 2006 e o início das obras foi em outubro de 2007. Assim espera-se que a partir de 2007, os primeiros reflexos já comecem a aparecer particularmente nos setores de construção civil e serviços de alojamento e alimentação.

Note-se, pelos dados da tabela 4, que já a partir de 2005 a construção civil aumenta seu volume de emprego formal, apresentando entre 2004 e 2006 crescimento de 295,8%. Este primeiro impacto reflete, provavelmente, uma política local de incentivo à regularização das atividades visando fornecer serviços às empresas engajadas nas obras de construção do porto. O setor confirma sua tendência de crescimento, com aumento do contingente de ocupados entre 2006 e 2007 da ordem de 110,7% e entre 2007 e 2008 de 118,2%. O crescimento acumulado entre 2005 e 2008 foi de 400,8%.

Os Serviços de alojamento e alimentação cresceram entre 2005 e 2006 31%, no período seguinte (2007-2006) 10%, voltando, entre 2007 e 2008 a crescer 31,5%. O setor de co-

TABELA 3  
OCUPADOS NO SETOR FORMAL SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE  
ECONÔMICA POR PERÍODO (2000-2009)

Setores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Demais ramos industriais	63	62	87	88	118	126	151	67	132	150
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	125	99	115	104	102	118	99	65	30	13
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	409	330	294	286	463	342	371	339	311	245
Construção civil	111	78	78	89	71	258	281	592	1.292	1.590
Comércio varejista	249	304	324	321	381	480	444	440	517	545
Comércio atacadista	16	13	25	23	25	26	27	38	35	34
Instituições de crédito, seguros e capitalização	34	34	31	32	32	35	33	34	32	33
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	441	287	34	24	41	28	44	50	63	84
Transportes e comunicações	16	15	7	10	10	10	18	21	61	109
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação...	68	99	126	111	143	145	190	209	277	287
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	61	63	65	80	101	101	101	113	126	125
Ensino	34	33	31	26	26	38	29	52	49	56
Administração pública direta e autárquica	749	822	1.742	2.073	2.097	2.012	1.997	2.129	2.211	2.252
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	231	206	193	181	169	173	209	211	176	192
<b>TOTAL</b>	<b>2.607</b>	<b>2.445</b>	<b>3.152</b>	<b>3.448</b>	<b>3.779</b>	<b>3.892</b>	<b>3.994</b>	<b>4.360</b>	<b>5.312</b>	<b>5.715</b>

FONTE: RAIS/MTE (2000-2009)

mércio varejista que apresenta tendência de crescimento no período aumentou 17,5% entre 2007 e 2008.

O setor de comércio e administração de imóveis, embora tenha apresentado tendência bastante irregular no período analisado, cresceu nos últimos dois períodos, 13,6 e 26%, respectivamente. Esclarece-se, portanto, que este setor deverá crescer nos próximos anos, pois, em 2009, a oferta de imóveis para locação e venda aumentou de forma considerável. Além disso, imobiliárias localizadas em Campos dos Goytacazes realizam negócios imobiliários no município.

Ressalta-se, entretanto, que os negócios imobiliários no município são obstaculizados pela forte inadequação fundiária. É considerável, embora não se obtenha uma medida precisa, o montante de imóveis sem documentação adequada, além da ocupação de terrenos de propriedade da Marinha, cujos documentos de posse não existem ou apresentam restrições quanto à negociação. Muitos dos negócios imobiliários são fechados por meio de contrato de gaveta.

A agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal, por seu lado, despencou entre 1999 e 2000 68,8%,

mantendo no restante do período uma média de 190 postos de trabalho formais.

No que respeita a administração pública, assiste-se entre 2001 e 2002 a um crescimento de 111,9%, que pode ser atribuído ao aumento de receitas oriundas dos royalties do petróleo, sem relação com o empreendimento.

Fica claro pelos dados analisados que o setor de construção civil foi visivelmente aquele que diretamente impactado pelas obras de construção do complexo portuário do Açú.

A análise não estaria completa sem uma qualificação dessa mão de obra empregada nos quatro últimos anos (2006, 2007, 2008 e 2009), a partir da percepção dos primeiros impactos das obras do porto sobre a geração de emprego no município. Note-se que a participação dos três menores níveis educacionais na ocupação formal total cai ao longo do tempo. A parcela mais significativa dos ocupados tem ensino médio completo, sendo que no último ano a participação deste nível educacional aumentou aproximadamente 2 pontos percentuais. Verifica-se também aumento dessa magnitude na participação dos empregados com curso superior completo (tabela 6).

Como a administração públi-

TABELA 4

POPULAÇÃO OCUPADA NO SETOR FORMAL, SEGUNDO ESCOLARIDADE POR PERÍODO  
– SÃO JOÃO DA BARRA - 2006 A 2009

Escolaridade	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%
Analfabeto	72	1,8	55	1,3	41	0,8	25	0,4
Até 5ª série incompleta	349	8,7	372	8,5	334	6,3	317	5,5
Até 5ª série completa	545	13,6	526	12,1	530	10,0	501	8,8
6ª a 9ª séries	497	12,4	597	13,7	795	15,0	807	14,1
Fundamental Completo	686	17,2	745	17,1	927	17,5	980	17,1
Médio incompleto	207	5,2	237	5,4	475	8,9	526	9,2
Médio Completo	1.228	30,7	1.324	30,4	1.625	30,6	1.843	32,2
Superior incompleto	66	1,7	101	2,3	134	2,5	123	2,2
Superior Completo	344	8,6	403	9,2	451	8,5	592	10,4
Mestrado	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>3.994</b>	<b>100,0</b>	<b>4.360</b>	<b>100,0</b>	<b>5.312</b>	<b>100,0</b>	<b>5.715</b>	<b>100,0</b>

FONTE: RAIS/MTE (2006-2009)

ca é o principal empregador em 2009, respondendo por 39,4% dos empregos formais no município, é natural que seja este setor que tenha todos os níveis educacionais bem representados. Próximo de 30% daqueles com nível educacional abaixo do ensino médio, 42,3% dos trabalhadores com ensino médio e 63,3% daqueles com escolaridade superior ao ensino médio (superior incompleto e superior completo) estão inseridos na administração pública.

A construção civil assume, a partir de 2006, papel preponderante na estrutura de ocupação responde em 2009 por 27,8% dos postos de trabalho formais, assume papel importante na inserção dos menos escolarizados no mercado de trabalho formal: 29,2% dos trabalhadores com até 5 anos de estudos; 32,7% dos ocupados com ensino fundamental e 29,3% daqueles que têm o ensino médio completo e finalmente, 8,9% dos que tem escolaridade superior ao ensino médio se

encontram inseridos neste setor.

### Considerações finais

Pode-se afirmar com certeza que a construção do complexo portuário do Açú marca a partir de 2007 a estrutura de ocupações formais na construção civil em São João da Barra. Por mais que o mercado imobiliário estivesse aquecido pela expansão do crédito imobiliário, e pelas políticas e programas específicos de subsídios para a população de baixa renda, os efeitos multiplicadores no setor da construção civil em São João da Barra seria apenas marginal.

Senão toda, mas a maior parte da expansão do emprego no setor de construção civil no município é em função direta das obras do porto e indireta em decorrência das obras de infraestrutura que o município é induzido a realizar: drenagem urbana e pavimentação é o que se realizam no momento. Contu-

do, se pelo menos a metade dos impactos previstos pelos empreendedores se realizar, a prefeitura ainda terá muito que investir em saneamento, escolas, hospitais, qualificação dos serviços etc.

Acredita-se também que o setor de construção ainda deverá gerar empregos nos próximos cinco anos. Somente nos seis primeiros meses de 2010, 527 dos 839 empregos gerados em São João da Barra foram da construção civil. A partir de 2012, entrando o porto em operação a demanda adicional por pessoal qualificado em operações portuárias deverá aparecer no cenário.

O perfil deverá ser realmente diversificado se, nos próximos 15 anos, os empreendimentos todos se concretizarem, consolidando um modelo de cidade porto integrada com agregação de valor nas mercadorias que chegam para os mercados regionais, bem como das mercadorias que se produzirem no entorno para o mercado doméstico e

externo.

Na hipótese de o porto se tornar apenas um terminal privado e privativo para escoamento de minério de ferro sem nenhuma transformação, o empreendimento constituirá com certeza um enclave.

ELZIRA LÚCIA DE OLIVEIRA E GUSTAVO HENRIQUE NAVES GIVISIEZ SÃO DOUTORES EM DEMOGRAFIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (2005) E PROFESSORES ADJUNTOS DO CURSO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. AMBOS ATUAM AINDA COMO PROFESSORES COLABORADORES DO CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIBGE. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. CENSOS DEMOGRÁFICOS. FIBGE: RIO DE JANEIRO LIMA, LUIZ CRUZ; BATISTA, FRANCISCA. AS PRIMEIRAS FORMAS PORTUÁRIAS NO TERRITÓRIO CEARENSE. IN: LIMA, LUIZ CRUZ (ORG.) REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL: DO ESPAÇO BANAL AO ESPAÇO DA RACIONALIDADE TÉCNICA. SÃO PAULO: ANNABLUME, 2006.

MONIÉ, FRÉDÉRIC ; VIDAL, SORAIA MARIA DO S. C. CIDADES, PORTOS E CIDADES PORTUÁRIAS NA ERA DA INTEGRAÇÃO PRODUTIVA, RIO DE JANEIRO RAP, 40(6):975-95, Nov./Dez. 2006

MONIÉ, FRÉDÉRIC; SILVA, GERARDO (ORGS.). A MOBILIZAÇÃO PRODUTIVA DOS TERRITÓRIOS. INSTITUIÇÕES E LOGÍSTICA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL. RIO DE JANEIRO, DP&A, 2003.

PIQUET, ROSÉLIA. IMPACTOS DE UM SETOR DE ALTA TECNOLOGIA EM UMA REGIÃO BRASILEIRA – O NORTE FLUMINENSE NA ERA DO PETRÓLEO. V COLÓQUIO SOBRE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES. LA PLATA, ARGENTINA; 2004.

SILVA, GERARDO; COCCO, GIUSEPPE. CIDADES E PORTOS: OS ESPAÇOS DA GLOBALIZAÇÃO, RIO DE JANEIRO: DP&A, 1999

TABELA 5  
POPULAÇÃO OCUPADA NO SETOR FORMAL, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA POR ESCOLARIDADE SÃO JOÃO DA BARRA - 2009

Setores	Até 5ª série	%	Fundamental	%	Médio	%	Acima de médio	%	Total	%
Demais ramos Industriais	92	10,9	46	2,6	20	0,8	1	0,1	159	2,8
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	25	3,0	86	4,8	120	5,1	14	2,0	245	4,3
Serviços industriais de utilidade pública	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,6	4	0,1
Construção civil	246	29,2	585	32,7	695	29,3	64	8,9	1590	27,8
Comércio varejista	58	6,9	189	10,6	277	11,7	21	2,9	545	9,5
Comércio atacadista	4	0,5	23	1,3	5	0,2	2	0,3	34	0,6
Instituições de crédito, seguros e capitalização	0	0,0	0	0,0	9	0,4	24	3,4	33	0,6
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	7	0,8	16	0,9	50	2,1	11	1,5	84	1,5
Transportes e comunicações	8	0,9	42	2,4	28	1,2	31	4,3	109	1,9
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	24	2,8	156	8,7	91	3,8	16	2,2	287	5,0
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	21	2,5	21	1,2	48	2,0	35	4,9	125	2,2
Ensino	2	0,2	3	0,2	11	0,5	40	5,6	56	1,0
Administração pública direta e autárquica	245	29,1	552	30,9	1002	42,3	453	63,3	2252	39,4
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	111	13,2	68	3,8	13	0,5	0	0,0	192	3,4
<b>Total</b>	<b>843</b>	<b>100,0</b>	<b>1787</b>	<b>100,0</b>	<b>2369</b>	<b>100,0</b>	<b>716</b>	<b>100,0</b>	<b>5715</b>	<b>100,0</b>

### Petróleo, Royalties & Região

ISSN 1980-6310

Boletim do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos (Rua: Anita Peçanha, 100 - Parque São Caetano / Campos dos Goytacazes - RJ CEP 28040-320  
telefone:(0xx22) 2726 2406)

Ano VIII, Nº 30 - Dezembro | 2010

Coordenação: Denise Cunha Tavares Terra

Editor e Jornalista Responsável: Vitor Menezes (DRT 21374)  
Bolsistas (UCAM): Thiago Muniz, Wagner Rosado e Willian Silva de Oliveira (CNPQ)